

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ



## OS DESAFIOS DE LULA

Os três fetiches  
neoliberais

Página

3

As armadilhas nas  
telecomunicações

Página

5

Entrevista  
Cláudio Salm, do IERJ

Página

8

## EDITORIAL

# O QUE ESPERAR DO GOVERNO LULA?

**C**hegamos ao final do ano e do Governo de Fernando Henrique com a economia mostrando alguns desequilíbrios em pontos que pareciam sob controle, como a inflação e o câmbio, e adicionando alguns problemas a mais para o próximo governo. Desvendar cenários, buscar trazer à luz os desafios do Governo Lula e contribuir com a reflexão sobre o passado, o presente e o futuro através de artigos que ajudem a elucidar o hoje e o amanhã são os esforços a que se dedicou o *JE* nesta reta final de 2002.

É esse o sentido dado a esta edição, onde se mesclam as preocupações abordadas por J. Carlos de Assis, Carlos Co-

senza, Marcos Dantas e Marcos Arruda, em seus artigos, com a análise que o presidente do IERJ, Cláudio Salm, em entrevista ao *JE*, traça sobre a derrota do candidato José Serra, do qual foi assessor, e as expectativas em relação ao Governo Lula. Para reforçar os pés sobre o chão, o jornal buscou ouvir dois especialistas em inflação, Francisco Eduardo de Souza e Luiz Roberto Cunha.

Como a edição de dezembro chegará aos leitores somente em início de janeiro, a equipe do *JE* registra os votos de um Natal e de um Ano-Novo repletos de solidariedade, paz e de esperança no futuro do País.

Boas festas a todos e uma boa leitura. ■

## CARTA DOS LEITORES

### O que é "desnacionalização da economia"?

Ao jornal dos Economistas:

Sob o título "Os 8 anos de FHC" (*JE* 158 - setembro de 2002), o Sr. Carlos Eduardo Carvalho, como bom comunista, não consegue ocultar sua raiva do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso por ter ele patrioticamente promovido algumas privatizações.

Gostaria que o Sr. Carlos Eduardo Carvalho, à luz da ciência econômica, explicasse o que é "desnacionalização da economia".

Para tentar justificar suas infundadas acusações ao presidente Fernando Henrique Cardoso, diz basear sua opinião nos resultados divulgados num balanço montado pelos analistas do *JE*. Como diz Itamar Franco: "os números não mentem; as pessoas que manipulam os números que mentem".

Só na cabeça do Sr. Carvalho ocorreu desmonte do parque industrial brasileiro. Ao contrário do que afirma ele, verifica-se revitalização da indústria siderúrgica nacional (falida

enquanto estatal), modernizada e batendo recorde de produção. O setor automobilístico aí está totalmente modernizado e o mesmo acontece nas indústrias têxtil e de calçados; exemplos de um país realmente mais moderno e competitivo.

Este ano - estamos colhendo 100 milhões de toneladas de grãos, alcançando índices de produtividade superiores aos registrados na agricultura dos Estados Unidos!

Nem mesmo o maior inimigo do Sr. Fernando Henrique Cardoso seria capaz de negar a melhoria dos indicadores sociais, notadamente na saúde e na educação, reconhecida por premiações internacionais.

A responsabilidade fiscal, a manutenção do poder aquisitivo da moeda, o equilíbrio financeiro, a transparência no trato da coisa pública são conquistas do governo de Fernando Henrique Cardoso que ninguém em sã consciência pode negar.

Barra Mansa, 30 de outubro de 2002

Adauto Machado Correia

### Expediente de fim de ano

O *Corecon-RJ* não funcionará nos dias 23 e 24 (Natal) e 30 e 31.

O expediente será normal, contudo, nos dias 26 e 27 e 2 e 3 de janeiro.

### Errata

Foi impresso errado no número anterior - *JE* de outubro - o nome no expediente do responsável pela diagramação. O nome correto é Rossana Henriques.

## economistas

Órgão Oficial do  
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lestres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves • **Edição:** CORECON - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefex: 2232-8178 - e-mail: [seccinat@corecon-rj.org.br](mailto:seccinat@corecon-rj.org.br) - homepage: <http://www.corecon-rj.org.br>

• **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Ilustração:** Alípio • **Caricaturista:** Cláudio Londano • **Projeto gráfico:** André Lippmann, José Mira e Marcelo Pava • **Diagramação e Finalização:** Rossana Henriques (21) 2402-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CxP 20054-900  
Telefax: (21) 2232-8178 ramal 22  
E-mail: [seccinat@corecon-rj.org.br](mailto:seccinat@corecon-rj.org.br)  
Homepage: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Ronaldo Rorery Rangel • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Angela Maria Puppin Bozarynsky, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lestres, Hildete Pereira de Melo, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Cláudio Cardozo, Eduardo Campos Scaletsky, José Antonio Lutterbach Soares, João Diniz, João Flavio Miragaya, Luiz Mario Behnen, Mário Luiz Freitas, Mauro Osório, Sandra Maria Carvalho de Souza.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Truze de Melo, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CxP 20031-000  
Tel.: (21) 2262-2535 • Telefax: (21) 2533-7891 e  
2533-2192 • E-mail: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Paschoetto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Paulo Passarinho • **Diretores de assuntos institucionais:** Adhemar dos Santos Mironi, Rogério da Silva Rocha, Enike Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behnen, Antônio Meli Jr. e Renato Luiz Melo de Oliveira • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de relações sindicais:** Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Calado, Carlos Tibirigi Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadidol dos Santos, Paulo Gortzaga Mibiel de Carvalho e Marcelo Sereno • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de divulgação e finanças:** Benri Faerman e Eduardo Campos Scaletsky • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, José Vargas e Jorge de Oliveira Camargo.

### IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro  
RJ • Centro • CxP 20054-900  
Tel.: (21) 2509-1077 • Telefax: (21) 232-8178 ramal 22  
E-mail: [ierj@alternes.com.br](mailto:ierj@alternes.com.br)

**Presidente:** Cláudio Leopoldo Salm • **Vice-presidente:** Hildete Pereira de Melo • **Diretor de Finanças:** Erikson Teixeira Lima • **Diretoria Executiva:** Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassiato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordero de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Coq, Paulo Gonzaga Mibel, Renato Leite Pinto Nascimento, Ruth Espíndola Soriano de Souza Nunes, Silvio Renato Paes de Figueiredo.



Carlos Cosenza\* / J. Carlos de Assis\*\*

# TRÊS FETICHES

Superávit primário, metas de inflação e responsabilidade fiscal examinados sob a ótica da economia funcional de Abba Lerner

## NO CAMINHO DE LULA

**E**xiste um magnífico pequeno livro de Bertrand Russell baseado em Peano, no qual se demonstra que bastam os três conceitos fundamentais de 'zero', 'número' e 'sucessor' para construir toda a matemática. Ocorre que, hoje, para reconstituir o essencial da economia neoliberal em que estamos enredados, bastam, também, três conceitos fundamentais. São eles: 'superávit primário', 'metas de inflação' e 'responsabilidade fiscal'. Neste caso, não se trata, claro, apenas de conceitos. São dogmas. E representam, por sua popularidade, três fetiches que estão no caminho do governo Lula.

A eficácia comum desses três dogmas, ou a virtualidade que faz deles autênticos fetiches, repousa menos na teoria econômica que os sustenta do que na sua lógica bem manipulada do senso comum. Em termos de teoria, não têm nada de novo. São a exumação pura e simples do liberalismo que prevaleceu nos anos 20, antes da Grande Depressão, e que o *New Deal* de Roosevelt e o Estado do Bem Estar Social posterior à Segunda Guerra enterraram por bem uns 50 anos. Seu ressurgimento é uma combinação de velha ideologia e técnicas aprimoradas de comunicação modernas.

Pretendemos examinar abaixo, sumariamente, esses três fetiches, não de um ponto de vista doutrinário abstrato, mas, dentro da perspectiva da economia funcional de Abba Lerner, em relação aos efeitos que cada ação econômica considerada

provoca na economia real em termos de geração de emprego, crescimento de renda e inflação. O desafio que se coloca ao governo Lula, a nosso juízo, é similar àquela com o qual se confrontou Roosevelt, às vésperas do *New Deal*: deslocar o eixo da acumulação capitalista do setor financeiro especulativo para o setor produtivo. Ou sair do marco do liberalismo e passar ao marco do capitalismo regulado.

### Superávit primário

A campanha presidencial brasileira de 2002 travou-se, em grande parte, em torno da questão do alto desemprego (não só Lula, mas o próprio Serra colocou o tema no primeiro item de seu programa), mas, forçados pela equipe econômica de Fernando Henrique, todos os principais candidatos presidenciais se comprometeram a manter o superávit primário de 3,75% do PIB. Este é o primeiro fetiche no caminho de Lula. É que, se mantiver o compromisso com o superávit primário, não terá como gerar os 10 milhões de empregos prometidos. Trata-se de uma impossibilidade teórica e prática.

O que um superávit primário dessa ordem provoca na economia? Para o senso comum, trata-se de uma medida de austeridade do governo, bastante elogiável porque equipara o governo a um chefe de família de bom senso que gasta menos do que ganha. Mas o senso comum não distingue a economia de uma casa da economia de um país. Numa casa, quando alguém gasta menos do que ganha, o dinheiro economizado vai para uma aplicação, que se torna automaticamente consumo ou investimento de outros. A economia, como um todo, continua a

funcionar normalmente. No caso do superávit primário, não. O governo nem sempre devolve para a economia o dinheiro que ele recolhe a mais.

Devolve, sim, para os rentistas que estão aplicados em dívida pública, a taxas de agiotagem, na forma de juros (22% hoje, fins de novembro). Parte desse dinheiro que veio do superávit primário, e que chamamos de moeda financeira, entra na economia como meio de pagamento, nas transações diárias das empresas. Uma outra parte, porém, junto com os juros globais da dívida pública, permanece aplicada e fica inativa nas contas dos agentes superavitários privados. O resultado é que a economia privada transfere mais recursos para o governo do que o governo lhe devolve, com um efeito final contracionista – ou seja, desemprego.

Tecnicamente, o orçamento primário brasileiro tem sido contracionista (superávit) e o orçamento nominal (juros), expansionista. Voltaremos a isso. Aqui, cabe considerar o efeito dessa política macroeconômica sobre o emprego. Quando existe alto desemprego numa economia, é sinal de que o dispêndio total da sociedade é inferior à sua capacidade de produção potencial. Ou que a poupança financeira é maior do que a poupança efetiva (investimento). A economia privada, por si mesma, não pode gerar investimento líquido, desde que não há demanda nova. Para mobilizar essa capacidade ociosa, inclusive humana, uma demanda nova tem que ser criada: 1) pelas exportações; 2) pelo dispêndio público.

Todos estamos de acordo em que as exportações devem ser estimuladas. Contudo, realisticamente, numa economia com um grau de abertura relativamente

pequeno (10%), só um aumento gigantesco das exportações, pouco provável nas circunstâncias internacionais atuais, teria efeito relevante na geração de emprego. Daí o imperativo do dispêndio público, inclusive deficitário. E o governo não precisa ter medo do déficit (como Roosevelt não teve, mandando às favas o equilíbrio orçamentário), porque, com alto desemprego, déficit não gera necessariamente inflação; gera, sim, mais circulação de riqueza.

### Metas de inflação

O fetiche em torno das metas da inflação reside no fato de que o Banco Central sacralizou (sem dar muitas explicações) uma teoria monetarista altamente controversa como eixo da política monetária, vendendo à opinião pública a idéia de que se trata de uma técnica neutra infalível para controlar os preços. O coração do modelo é a relação entre expectativas de taxa de juros, orçamento fiscal e câmbio: se o câmbio sobe, e mantido o quadro fiscal, os juros têm que subir para contrabalançá-lo.

Vimos isso agora, em plena campanha eleitoral: o câmbio disparou, e o Banco Central aumentou a taxa básica de 18,5% para 22%. Todos os "entendidos" aplaudiram. De fato, dentro do modelo de metas, não havia outra alternativa. Não obstante, a inflação teve um forte repique. Alguns poucos dissidentes do senso comum poderiam perguntar, muito plausivelmente: não seria o modelo de metas que estaria equivocada?

A nosso juízo, esses céticos têm razão. O modelo de metas é um fetiche. Vamos dar duas razões para isso, uma teórica, outra prática. Ambas estão ligadas à idéia central do modelo, ou seja, a de que os preços reagem à oferta monetária, e a de que o Banco Central controla a oferta monetária.

Falamos, há pouco, da moeda financeira. Essa moeda, embora contabilmente registrada como dívida pública, não passa, em grande parte, de meio de pagamento corrente. O BC não tem nenhum controle sobre ela. Assim, quando ele aumenta a taxa

## O desafio que se coloca ao governo Lula é similar àquele com o qual se confrontou Roosevelt, às vésperas do *New Deal*: deslocar o eixo da acumulação capitalista do setor financeiro especulativo para o setor produtivo. Ou sair do marco do liberalismo e passar ao marco do capitalismo regulado

de juros básica, o que faz, em lugar de restringir a oferta monetária total, é aumentar sua disponibilidade junto aos rentistas. Isso anula, inclusive em termos da teoria quantitativa usada na base do modelo, a suposta contração de moeda primária, exercida para impedir a propagação de uma alta de preço relativo – notadamente o câmbio.

Vejamos dois casos, o do petróleo e o do câmbio. O BC reage ao aumento do preço do petróleo ou à desvalorização da moeda aumentando a taxa de juros. O que ele quer com isso? Evidentemente, ele não tem como impedir que subam aqueles preços nos quais o petróleo ou o dólar entrem como elementos de custo. Ele quer, sim, que outros preços não acompanhem essas altas. Para isso, restringe a oferta de moeda primária e de crédito. Em outras palavras, induz uma recessão. Acontece que o grosso do movimento na economia está na área dos oligopólios e monopólios, que simplesmente podem compensar a eventual queda da demanda de seus produtos com um aumento de preços.

Não só isso: os próprios consumidores que dispõem de moeda remunerada continuarão comprando a preços crescentes. Por outro lado, a alta de juros básicos tem efeito nulo sobre demanda a crédito, como se sabe empiricamente há décadas. Daí que alguma inflação persiste, mesmo com recessão. A saída? Uma política de rendas negociada, na qual as pressões de custo sejam compensa-

das pelo crescimento da produção, e não recessão.

### Responsabilidade fiscal

Não cremos que haja alguém na sociedade brasileira contra a responsabilidade fiscal. Contudo, talvez fosse um exercício interessante apanhar, aleatoriamente, três pessoas, e pedir para escreverem, cada uma, meia página sobre o que entendem por responsabilidade fiscal. Teríamos três opiniões completamente diferentes. E possivelmente nenhuma delas corresponderia ao que a equipe do atual governo chama de responsabilidade fiscal do setor público. De fato, a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal se reduz aos seguintes pontos: gastar menos (incluindo juros, nos estados e municípios) do que se arrecada em tributos; não recorrer a crédito; gastar no máximo 60% da receita com pessoal.

É uma lei recessiva, anticapitalista, concentradora de renda e preconceituosa contra o serviço público. Responsabilidade fiscal não é não gastar, nem gastar pouco, mas gastar bem. Um país com tantas deficiências em serviços públicos básicos (educação, saúde, habitação, segurança, assistência social, etc, etc) tem que gastar muito, aplicando bem cada centavo do que arrecada, e grande parte justamente em pessoal. Além disso, no plano federal, o governo deveria gastar mais do que arrecada, pois só assim compensará a poupança detida sob forma de moeda financeira por agentes privados que não gastam nem em investimento, nem em consumo.

Assim tem sido em toda a história do capitalismo: o governo equilibra o orçamento na expansão, e faz déficits na recessão. Chama-se política anticíclica. É a verdadeira responsabilidade fiscal. Visto pelo lado da aplicação, o superávit primário (tributos recolhidos de todos) é uma gazuza de transferência de renda para poucos (os titulares da dívida pública), agravando, junto com o desemprego, a perversa distribuição de renda brasileira. ■

Assim tem sido em toda a história do capitalismo: o governo equilibra o orçamento na expansão, e faz déficits na recessão. Chama-se política anticíclica. É a verdadeira responsabilidade fiscal. Visto pelo lado da aplicação, o superávit primário (tributos recolhidos de todos) é uma gazuza de transferência de renda para poucos (os titulares da dívida pública), agravando, junto com o desemprego, a perversa distribuição de renda brasileira. ■

\* Economista, professor, Coppe/UFRJ

\*\*Jornalista, economista, Coppe/UFRJ

Marcos Dantas\*

# AGENDA PARA AS TELECOMUNICAÇÕES



A herança de FHC nas telecomunicações e os resultados das privatizações, além dos números e estatísticas

**A** partir de janeiro de 2003, quando iniciar seu governo, o Presidente Lula começará a administrar um espinhoso problema que, com certeza, irá atravessar os seus quatro anos de mandato: o que fazer com a herança de FHC nas telecomunicações?

Aparentemente, esta seria uma área das menos problemáticas. Parece que existe uma lei muito boa, que funciona; parece que existe uma agência reguladora que regula; parece que metas de universalização e de qualidade foram atendidas; tudo isto, em um ambiente de aberta e leal concorrência entre as empresas operadoras.

No entanto, nem a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) é boa; nem a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regula com eficiência e eficácia; nem a tão apregoada universalização foi atingida; muito menos as telecomunicações brasileiras estarão de fato abertas à concorrência entre as operadoras.

## Anatel: um grande Detran

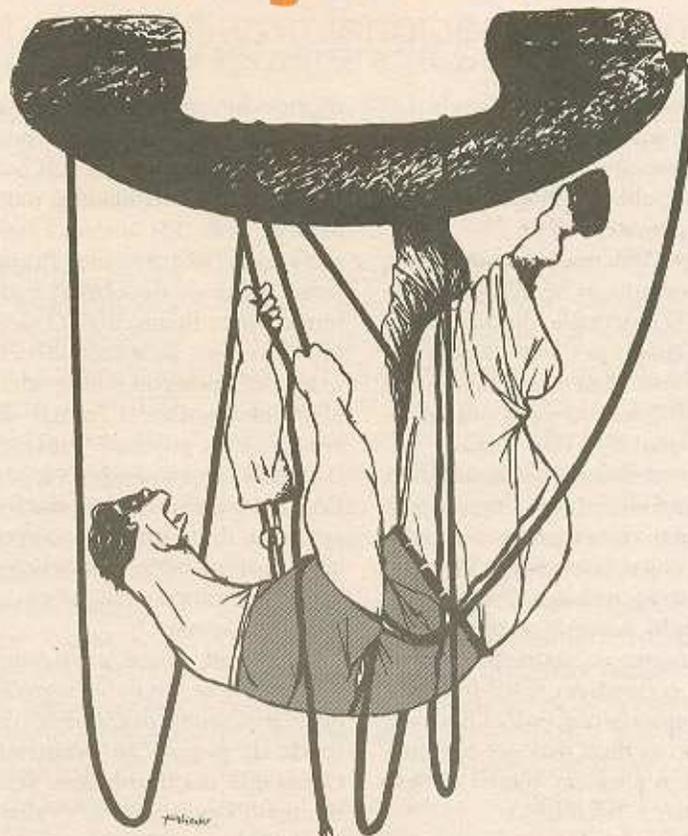
A LGT foi aprovada através do rolô compressor do governo FHC. Questões muito importantes para o funcionamento eficaz de um mercado competitivo como, por exemplo, o compartilhamento de meios (direito de passagem pelas redes de um concorrente) e numeração (direito do usuário de manter o seu número em caso de mu-

dança de endereço ou de troca de operadora) são tratadas – quando o são – de forma superficial e vaga, apenas nos princípios gerais (“é garantida...”; “é assegurada...”; etc.).

A consequência, entre outras, é o atual caos jurídico criado por operadoras que se julgam prejudicadas no compartilhamento de meios, pondo em cheque o poder da Anatel para abrir novas áreas de atuação e de concorrência a operadoras que já teriam atingido as metas inicialmente contratadas.

A Anatel, por sua vez, transformou-se em um grande Detran das telecomunicações. Seu único poder é o de multar, isto quando logra, de algum modo, constatar irregularidades. Na medida em que lhe faltam meios de acesso a informações cruciais, não tem como atuar preventivamente no exercício de suas funções reguladoras e fiscalizadoras. Menos a Anatel e muito mais os Procons se tornaram os principais agentes de fiscalização do setor, o que bem demonstra o baixo nível de qualidade dos serviços prestados pelas operadoras.

A impossibilidade, aliada a uma certa falta de vontade da Anatel em antecipar-se aos problemas, resultou, entre outros momentos bem conhecidos, no grande “caladão” do DDD, quando da introdução de novos códigos, em meados de 1999; bem como na absurda perda de poder do Brasil no consórcio Intelsat, devido à omissão da Embratel na subscrição de cotas que pertenceriam ao nosso país.



## O malogro da concorrência

A tão apregoada universalização não passa daquela média de temperatura do indivíduo que está com a cabeça no forno e os pés na geladeira... Em 166 municípios brasileiros, nos quais se encontram 33% da população, concentram-se 62,7% das linhas instaladas. Em outros 3.548 municípios, onde vivem 30,2% da população brasileira, encontram-se apenas 6,3% das linhas instaladas. Os números mostram que as redes e linhas foram expandidas basicamente para as áreas economicamente mais ricas ou para grupos populacionais de renda média e alta, já atendidos anteriormente pela rede da antiga Telebrás. A classe média, que já tinha uma linha telefônica, ago-

ra tem duas. A maior parte dos que não tinham, continua sem ela.

Isto se aceitarmos como correto o número de 48 milhões de “acessos instalados” divulgados pelas empresas e pela Anatel. Na verdade, esse número esconde dois fatos. Primeiro: existem cerca de 11 milhões de linhas fora de serviço, isto é, quase 25% do sistema estão ociosos. A expressão “acesso instalado” é enganosa, pois encobre as linhas efetivamente em serviço, cujo número é de 37 milhões. Segundo fato: cerca de 20% das linhas “instaladas” são de uso comercial, muitas delas consistindo em troncos PABX. Assim, esses números passam a impressão de que os brasileiros estão tendo acesso a linhas telefônicas, quando o número de linhas que servem, de fato, às

## Assumindo-se que a "concorrência assimétrica" é uma característica deste setor, o Estado brasileiro está agora diante de uma grande oportunidade para negociar com os investidores sobreviventes, regras, condições e compromissos que viabilizem a consolidação de um grande operador nacional brasileiro em telecomunicações

famílias e indivíduos é ainda menor e mais concentrado social e regionalmente, do que as estatísticas publicamente disponíveis nos permitem aferir.

Por fim, mas não por último, a concorrência revelou-se um logro. O monopólio da Telebrás foi substituído por três monopólios regionais (Telemar, Telefônica e Brasil Telecom) e por uma situação que, com boa vontade, poderia ser definida como duopólio, na telefonia celular. A rigor, a maior parte das empresas de telefonia celular, bem como a Embratel e a Intelig, na longa-distância, têm exibido sucessivos balanços e balancetes no vermelho, porque não conseguem fazer frente às três maiores concessionárias, bem como às duas maiores operadoras em telefonia celular (Telesp Celular e Telefônica).

### Um mundo menor

Logro, por um lado; frustração de expectativas e fracasso comercial, por outro. O setor de telecomunicações, hoje em dia, em todo o mundo, é um grande campo econômico onde atua um amplo e diversificado leque de empresas operadoras, prestadoras de serviço, fornecedoras de equipamentos ou conteúdos etc. Nos segmentos que atendem às empresas ou às famílias de alta renda, há espaço para um certo grau de concorrência. No entanto, tanto no Brasil, quanto no mundo, este espaço está se revelando menor do que o desejado por consultores e investidores. Que o diga a crise da telefonia celular de terceira geração, na Europa; ou, no Brasil, o nosso número in-

digente de assinantes de TV a cabo. Fora desses espaços, prevalece o monopólio.

Esta é uma realidade já muito bem conhecida internacionalmente, que não será modificada pelos discursos de lobistas e intermediários financeiros. O racional, no caso, seria reconhecermos que a possível e necessária abertura do setor a franjas de concorrência precisará conviver com realidades monopolistas, de fato. E a regulamentação dar-se-ia a partir deste princípio, como, aliás, mal ou bem, vem acontecendo na Europa e em países do Extremo Oriente.

No Brasil, à crise que é mundial somou-se um outro ingrediente: a péssima distribuição de renda da população brasileira. Como esta má distribuição vem de muito longe, aqui se evidencia um dos maiores, se não o maior, equívoco do modelo inventado pelo governo FHC: tê-la ignorado. Nos tempos da Telebrás, apenas 30% das linhas telefônicas em serviço operavam superavitariamente.

A realidade não mudou: as operadoras que se arriscaram a estender suas linhas para as famílias de baixa renda, não demoraram a arcar com elevados prejuízos, ou mesmo um inédito nível de inadimplência. Quer telefonar, todo mundo quer. Poder pagar para usá-lo, considerando não somente a renda média da maioria da população como as altíssimas tarifas introduzidas ao longo dos oito anos de FHC, é que são elas...

Um dos maiores sucessos do modelo acabou revelando-se um grande "mico": o celular pré-pago.

Quem os possui, quase apenas os utiliza para receber mensagens. Para chamar, prefere os "orelhões" ou as linhas fixas. Daí a situação pré-falimentar em que se encontra a maioria das operadoras de celular, pois mais de 60% de sua clientela aderiu ao pré-pago.

### Fusões e incorporações

Como saída para a crise, os investidores e executivos das operadoras vitoriosas vêm, há mais de ano, pregando uma solução: a "consolidação das empresas". Em outras palavras, defendem um grande processo de fusões e incorporações que levará os "perdedores" a serem engolidos pelos "vencedores". Empresários e consultores dizem claramente que o setor não pode continuar a ter "um número tão grande de operadoras".

A partir de 2003, deveremos assistir a um acelerado processo de compra e venda de empresas de telecomunicações, do qual resultarão duas ou três grandes operadoras, mesmo que muitas outras sobrevivam em nichos especializados. Em princípio, será um processo "comandado pelo mercado", e apenas referendado pela Anatel. Ou poderá ser um processo no qual o Estado, agora sob nova Presidência, resolva intervir para corrigir os graves equívocos do atual e já moribundo modelo. Considerando que, via BNDES, via fundos de pensão e, ainda, pelo seu próprio e inerente poder normativo, o Estado continua tendo forte presença nesta área, poderá tornar-se ator nas negociações que virão, nelas introduzindo impor-

tantes aspectos de interesse social e nacional, completamente ignorados no governo FHC.

Estes aspectos incluem programas para lograr efetiva universalização dos serviços de voz e dados necessários à inclusão social; investimentos que gerem mais e melhores empregos; e, não menos importante, um claro compromisso com a retomada do desenvolvimento industrial-tecnológico nacional, cujas conquistas dos tempos da Telebrás foram jogadas na lata do lixo pelo governo FHC, daí resultando este déficit de quase US\$ 2 bilhões na balança comercial de eletro-eletrônicos e telecomunicações, com o qual o Brasil tem arcado.

Assumindo-se que a "concorrência assimétrica" é uma característica deste setor, o Estado brasileiro está agora diante de uma grande oportunidade para negociar com os investidores sobreviventes, regras, condições e compromissos que viabilizem a consolidação de um grande operador nacional brasileiro em telecomunicações, convivendo, nos espaços naturalmente concorrenciais, com fornecedores, operadoras e prestadores de muitos outros serviços. Mesmo respeitando-se realidades já sedimentadas, tal se daria, no fundo, conforme as propostas apresentadas pela bancada do PT e seus aliados, durante a discussão e tramitação da LGT, que é de se esperar não tenham sido de todo esquecidas. ■

\* Professor de comunicação da PUC-Rio e Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ

DUAS VISÕES

# A INFLAÇÃO É PASSAGEIRA OU NÃO?



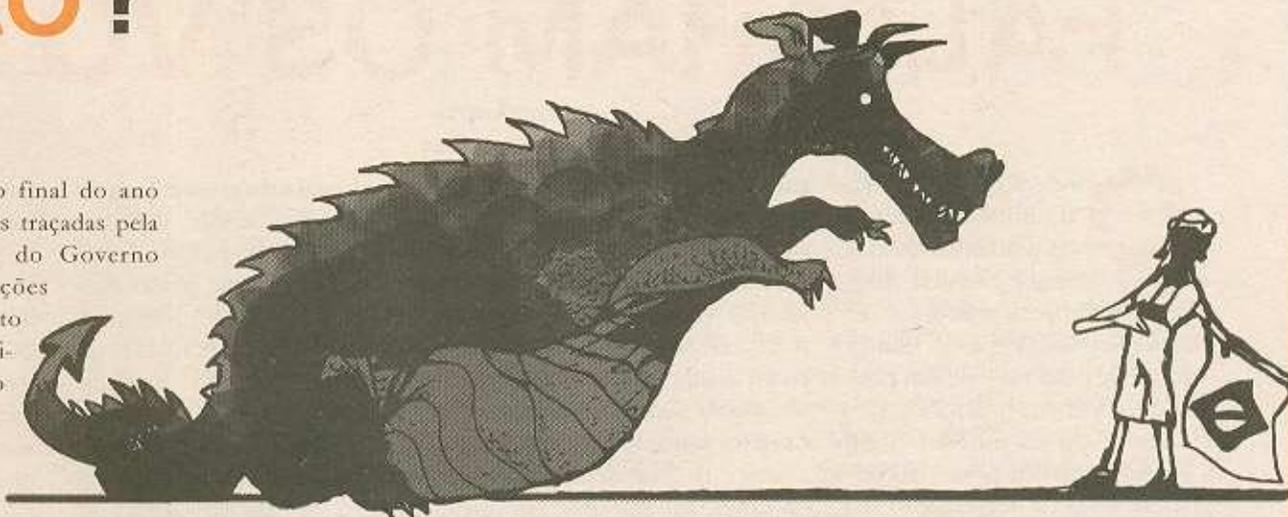
**A** inflação chegou ao final do ano estourando as metas traçadas pela equipe econômica do Governo FHC, trazendo preocupações quanto ao seu comportamento no início do Governo Lula. Afinal, trata-se de um fenômeno pontual e passageiro, cuja origem são as pressões do câmbio, ou de uma nova onda inflacionária que venha a nublificar os cenários para o próximo ano?

O JE foi ouvir dois economistas especialistas no trato da questão, ambos professores: Francisco Eduardo Pires de Souza, coordenador do Boletim de Conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ, e Luiz Roberto Cunha, da PUC, que durante muitos anos atuou no antigo Conselho Interministerial de Preços (CIP).

**Jornal dos Economistas** – *A que atribuir o aumento atual da inflação?*

**Francisco Eduardo Pires de Souza** – A causa primária foi a alta do dólar, que subiu entre 50% e 60%, dependendo da data que se tome por base. Mas houve outros dois fatores, também transitórios: a devolução do FGTS, equivalente de julho para cá a algo em torno de 2% do PIB, em que boa parte entrou no consumo; e os saques nos fundos de investimentos associados com a não rolagem da dívida pública. São fatores que provocaram um aumento de cerca de 30% na quantidade de moeda em circulação, até novembro, e que acabaram sancionando a alta de preços que muitos queriam.

**Luiz Roberto Cunha** – O que pressiona a inflação é basicamente o dólar. Houve uma conjugação do efeito externo, com os investidores avessos ao risco, e uma mudança política que sempre traz uma tensão desses investidores. Como o país é dependente de capitais externos, a conjugação desses fatores propiciou uma alta no câmbio que pressiona a inflação.



**JE** – *Esse aumento da inflação é pontual e passageiro ou deixará seqüelas à frente?*

**Francisco Eduardo** – Não está totalmente definido. Esse aumento recente da inflação foi mais complicado e grave do que aquele que ocorreu em 1999, na época da mudança cambial, quando a desvalorização foi de mais ou menos 50%. Houve um aumento da inflação, com o IPCA chegando a quase 9% e o IGP a 20%. Mas a taxa retrocedeu em 2000, como se previu. Agora, a alta do dólar teve um impacto muito grande no IPA, mas o IPCA também subiu bastante e deve fechar em 12% ou mais. O que causa um pouco de preocupação é que até recentemente só os produtos comercializáveis e os administrados é que subiam. Mas, em novembro, os produtos não comercializáveis (serviços e produtos não exportáveis e não importados), que não são influenciados pelo dólar, também subiram, face a ação daqueles dois outros fatores – a liberação do FGTS e os saques dos fundos associados com a não rolagem da dívida pública. De todo modo, o novo governo terá meios de deter e reverter essa situação.

**Luiz Roberto** – Eu diria que, desde 1999, quando entrou o câmbio flexível, esta é a terceira mudança dos preços relativos. Em fins de 99, as expectativas eram positivas, pois já estava clara a perspectiva de recuo da inflação, que se confirmou. Tivemos uma segunda mudança com a crise da Argentina, em 2001, mais todos os fatos internacionais, mas no início de 2002 houve o recuo e as expectativas eram de uma inflação de até

4,5%. Esta, agora, é uma terceira onda de mudança dos preços relativos e, dificilmente, em 2003, o Índice de Preços ao Consumidor ficará abaixo do atual. Devemos ter uma inflação mais baixa, mas não haverá o retorno que observamos no início deste ano. Como o novo governo tem demonstrado preocupação com o equilíbrio fiscal e com as metas de inflação, creio que será possível retornar novamente a patamares mais baixos. Em 2004, já com o crescimento da economia, a inflação tenderá a cair. É importante frisar, porém, que, em meu ponto de vista, não se trata de uma nova onda inflacionária.

**JE** – *Até quando será possível sustentar o que se vem chamando de "gravidez do IPA"?*

**Francisco Eduardo** – O IGP ficou 10% acima do IPCA. Tomando dezembro de 95 por base, o IGP subiu 27% acima do IPCA. Em 99, o IPC não subiu. Desta vez está mais difícil, há muita pressão por repasse pelo efeito cumulativo. A pressão é muito maior do que àquela época. Algum aumento vai ter no IPCA, mas não necessariamente haverá todo o repasse. Creio que vai haver um recuo do IPA, daí, haverá uma parte de repasse, mas ao mesmo tempo haverá um recuo.

**Luiz Roberto** – Há uma tendência de superdimensionar os preços no atacado. Eu diria que parte dessa gravidez é falsa. Mas não dá para se ter diferenças grandes em períodos longos entre os índices. Ou se corrige para baixo ou haverá a contaminação, até porque a renda das pessoas têm sofrido perda real. ■

ENTREVISTA Claudio Salm, presidente do IERJ

# “FALTOU O GOL, FALTARAM OS VOTOS”

O presidente do IERJ, Claudio Salm, participou e acompanhou a refrega eleitoral mais importante destes tempos de Brasil República – a do último dia 27 de outubro – de um posto de observação privilegiado: assessor do ex-ministro José Serra, foi um dos principais colaboradores na formulação do programa do ex-candidato à Presidência da República, derrotado nas urnas por Lula, com larga diferença de votos. Além de avaliar que Serra não conseguiu se desvencilhar da imagem de candidato do governo FHC, Salm analisa a vitória de Lula e as primeiras iniciativas do futuro presidente, como o lançamento do Programa Fome Zero, com os olhos de quem conhece a máquina governamental por dentro. Porém, sem perder a boa dose de otimismo que hoje grassa pelo país em relação ao futuro da nação brasileira. Às vésperas de uma nova eleição, agora para a diretoria do IERJ, Salm fala, na entrevista que concedeu ao *JE*, da apatia e da desmobilização que hoje campeiam por amplidões do movimento social no país.

Eu diria que Serra foi mais enfático que Lula na defesa da importância do crescimento, como condição de enfrentamento dos problemas das dívidas interna e externa

**Jornal dos Economistas** – *Tendo trabalhado nos últimos anos na área social, junto ao Ministério da Saúde, e sido um dos assessores econômicos da candidatura José Serra à Presidência, como avalia a derrota dele por tão ampla margem de votos?*

**Claudio Salm** – O fato de ter sido assessor de José Serra, Ministro ou candidato, por si só não me qualifica para avaliar a derrota. Lembro de quando um repórter perguntou à mãe do Ronaldinho Gaúcho, durante o intervalo de um jogo do Grêmio, o que, na avaliação dela, estaria faltando ao time do filho para sair do zero a zero. Ao que ela respondeu: “gol, falta gol”. Faço como ela, avalio que o que faltou ao Serra foram votos.

**JE** – *Como foi na equipe de Serra o dia seguinte à vitória de Lula? Qual a explicação para a derrota?*

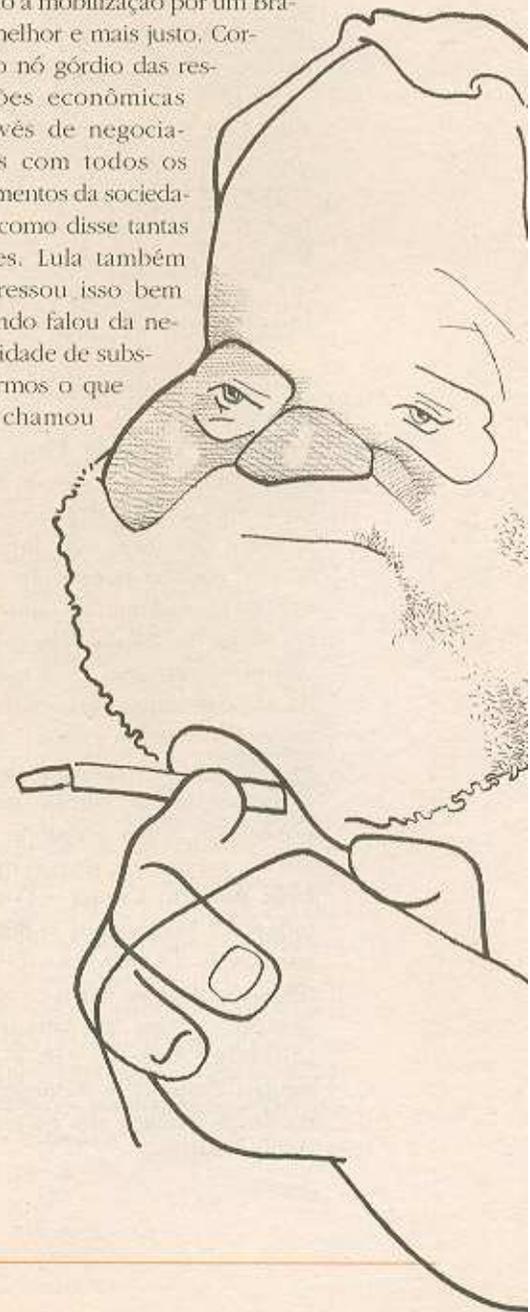
**Salm** – Não estive com ninguém da equipe no *day after*. Quanto à minha explicação para a derrota, concordo com a maioria. Serra não conseguiu se livrar da identificação com o Governo Fernando Henrique. Esta foi a razão principal, mas arrisco ou-

tra que também considero importante que foi, a meu ver, uma ampla rejeição ao próprio discurso econômico. Não quero dizer com isso que a exaltação da irracionalidade econômica tenha tido sucesso, como ficou demonstrado pela falta de receptividade às propostas do PSTU e do PCO. Refiro-me ao que me pareceu ser uma rejeição ao poder de determinação que a economia assumiu em detrimento da vontade política. Enquanto Serra insistia em suas propostas para a economia, os outros candidatos captaram bem aquele sentimento. Garotinho – perdido por um perdido por 10 – chegou a dizer que ia baixar os juros na marra porque não tinha rabo preso com banqueiro. Giro Gomes, só depois de derrotado é que resolveu abandonar aquele ar de economista formado em Harvard e se juntou aos que preferem mandar a dita disciplina ao diabo. Leia este trecho, tirado de uma entrevista dele a *O Globo* (22/10/02):

“Temo que, ao ver a cara da crise, os riscos inerentes a isso, ao ver o cerco internacional, ele (Lula) possa, enfim, conciliar. E a conciliação seria mortal para o país. É preciso mais audácia para *entrar rachando* (grifo meu) entre a eleição e a posse para concertar as bases da sociedade, um pacto político transformador das estruturas, e coragem de dar um passo meio no escuro, de construir uma nova instituição da economia política do Brasil, brasileira” (sic).

É verdade que Lula, devido à res-

ponsabilidade que o seu favoritismo impôs, pagou algum tributo à racionalidade econômica, pois, afinal, *noblesse oblige*. Mas apenas o necessário, nada que pudesse colocar a economia no centro de sua mensagem. O que realmente marcou seu discurso foi a retórica do “pacto social”, do apelo à mobilização por um Brasil melhor e mais justo. Cortar o nó górdio das restrições econômicas através de negociações com todos os segmentos da sociedade, como disse tantas vezes. Lula também expressou isso bem quando falou da necessidade de substituirmos o que ele chamou



## O anúncio de um "Pacto Nacional pelo Brasil" pode ser entendido como um resgate de políticas identificadas com o nacional-desenvolvimentismo e que poderiam ter grande impacto num país semi-estagnado e desencantado com a agenda neoliberal

de "lógica estatística" por uma outra "lógica", que leve mais em conta as pessoas. Já Serra, por mais que insistisse na mudança de rumos na economia, não conseguiu se desvencilhar da imagem de "candidato do governo", razão maior de sua derrota. Mas, como disse, desconfio que parte da dificuldade se explica também por Serra ter se mantido dentro dos limites dos parâmetros da economia. É como se as pessoas quisessem dizer: "ok, você até pode ter razão, mas estamos cansados desta lógica, precisamos submeter essas determinações econômicas ao crivo dos anseios da sociedade". Em 98, o PSDB ganhou porque a economia era a sua praia. Em 2002, seu candidato perdeu pela mesma razão.

**JE** – O que levou Claudio Salm, de reconhecida militância na esquerda, a assessorar o candidato Serra, identificado como o representante do continuísmo conservador e candidato oficial do Governo Fernando Henrique?

**Salm** – Como você bem diz, "identificado como...". Embora fosse identificado como tal, Serra não era "representante do continuísmo conservador". Para comprová-lo, basta ler o seu Programa de Governo ou avaliar o seu desempenho à frente do Ministério da Saúde. Além, é claro, de saber sua biografia. Quanto a mim, tenho por José Serra um grande apreço que abrange várias dimensões: afetiva, ética, intelectual e política. Todos que o conhecem há muito tempo poderão atestar que continua sen-

do o mesmo "Zé" da resistência à ditadura; firme em suas convicções, avesso a dogmas, leal e confiável. Controlador, voluntarista e obsessivo, também, é verdade. Dar minha modesta contribuição para a sua campanha não me trouxe qualquer problema de consciência. Aliás, registro que durante a campanha, nenhum dos meus amigos, logo pessoas que respeito, fossem elas do PT, ou mesmo do PSTU, fez qualquer restrição ou manifestou qualquer estranheza quanto à minha participação, principalmente aqueles que também conhecem o Serra.

**JE** – Quais são as diferenças fundamentais entre os programas de Lula e de Serra? Há semelhanças entre ambos, quais?

**Salm** – Muitas semelhanças, a começar pelos objetivos maiores: emprego e segurança, incluindo-se nesta a construção de uma rede de proteção social. E para alcançá-los, a retomada do crescimento, com base nas exportações e na substituição de importações como prioridades no plano econômico. Cabe lembrar também o compromisso com o equilíbrio macroeconômico e, aqui, a defesa, de ambos, do regime de flutuação cambial e da austeridade fiscal. Embora semelhantes, eu diria que Serra foi mais enfático que Lula na defesa da importância do crescimento como condição de enfrentamento dos problemas das dívidas interna e externa. Como disse, são muitas as semelhanças e não pretendo lembrá-las todas.

Tomemos, por exemplo, a questão do emprego. Serra foi mais explícito em suas metas, mas os dois candidatos ressaltaram que a saída para o problema do emprego tem que passar pela retomada do crescimento econômico. Foi como se os dois concordassem com os críticos do pensamento ortodoxo quando insistimos que os problemas que mais afetam o emprego não estão localizados no mercado de trabalho, mas fora dele. Câmbio e juros são muito mais importantes para o nível de emprego do que os salários ou as leis trabalhistas. Quando trataram do emprego, e trataram à exaustão, os dois candidatos falaram dos juros, da necessidade de exportar, do estímulo às atividades intensivas em mão-de-obra, da infraestrutura, enfim, da redinamização da demanda e da remoção dos obstáculos ao crescimento. Criar oportunidades foi o grande mote de ambos. Quanto às diferenças, também são muitas e não penso que corresponda ao espírito da pergunta fazer um rol delas. Como diferença "fundamental", eu destacaria que na estratégia de Lula para a retomada do crescimento econômico constam componentes não vislumbrados ou não explicitados por Serra, como uma aliança com setores empresariais. O anúncio de um "Pacto Nacional pelo Brasil" pode ser entendido como um resgate de políticas identificadas com o nacional-desenvolvimentismo e que poderiam ter grande impacto num país semi-estagnado e desencantado com a agenda neoliberal. Trata-se, no essencial, de promover a defesa de nosso mercado interno como elemento adicional de indução do crescimento, tendo, porém, desta vez, como contrapartida, o apoio empresarial ao cumprimento de uma agenda social eficaz no combate à pobreza. É minha interpretação e pode estar errada.

**JE** – Com a experiência que adquiriu nesses últimos anos trabalhando na área de Saúde, como analisa o programa Fome Zero e a prioridade que a área social está sendo anunciada que terá sobre as demais? Considera possível acabar com a fome no Brasil?

**Salm** – Agora, depois do estrago, todos, inclusive o FMI que não é do ramo, adotaram o discurso do social. Acaba de ser lançado no Brasil o livro do Stiglitz (A Globalização e Seus Malefícios), aliás muito mal traduzido, em que denuncia a irresponsabilidade do FMI ao impor aos países em desenvolvimento a implantação acelerada de reformas liberalizantes sem atentar para os altos custos sociais, previsíveis e previstos. Nenhum país com renda *per capita* como a do Brasil tem justificativa para a existência de famintos. Programas emergenciais se impõem como prioridade e são perfeitamente factíveis. Eu só lamento as formas muito burocratizadas que os programas assistenciais tendem a assumir em nome da correta focalização, bem como os vazamentos e desvios de objetivos que ocorrem quando se descentraliza muito a execução. Os mecanismos de controle social são ainda muito frágeis, principalmente nos municípios pequenos, facilmente dominados por oligarquias locais. Mas tudo isso tem solução. A longo prazo, o que vai resolver mesmo a questão da pobreza e, portanto, da fome, será o aumento da produtividade, de modo a tornar mais baratos os bens de consumo popular, o crescimento de forma a criar empregos para todos e a elevação dos salários de base. Isso pode parecer óbvio, mas tornou-se importante frisar depois de anos de desprezo pelo desenvolvimento econômico. Foi interessante observar que na campanha sobressaíram os velhos temas que realmente afetam o

desenvolvimento e não aqueles que decorrem das falas até aqui dominantes e aparentemente bem intencionadas, do tipo: "o Brasil não gasta pouco no social, gasta mal"; "crescer só não basta"; "mais importante que crescer é combater a desigualdade"; "gastamos muito com os idosos e pouco com as crianças". Nem Serra nem Lula embarcaram nessa.

**JE** - *Em sua opinião, é procedente a avaliação de que os problemas sociais se agravaram no governo FHC, com o aumento do desemprego e da população de pessoas famintas e marginalizadas? Por que isso aconteceu?*

**Salm** - Evidente que procede. Alguns indicadores sociais melhoraram, mas nada que representasse uma inflexão significativa nas tendências. E, afinal, é disso que se trata num país com um terço da população submersa na pobreza. Veja o caso da qualidade da educação. Quantos anos teremos que esperar para que o desempenho dos alunos corresponda aos conteúdos curriculares previstos? Não adianta dizer que a situação não piorou ou que houve alguma melhora. Ainda que fosse verdade, neste ritmo estaremos produzindo semi-analfabetos diplomados por muito tempo. Precisamos avançar com muito mais rapidez. Agora, fica difícil quando a política econômica joga contra. A abertura comercial, a liberalização financeira e as privatizações, feitas em condições de baixo crescimento e sem a devida proteção social, provocaram grandes danos sociais. A instabilidade aumentou brutalmente. Passamos a maior parte dos governos FHC com a pior combinação possível de câmbio e juros: a moeda super valorizada e juros altos, receita infalível para gerar desemprego e aperto fiscal. O investimento público em

Passamos a maior parte dos governos FHC com a pior combinação possível de câmbio e juros, receita infalível para gerar desemprego e aperto fiscal. O investimento público em infraestrutura quase desapareceu. O desemprego passou a ser a maior preocupação dos brasileiros, junto com seu maior fruto, a violência

infraestrutura quase desapareceu, comprometendo a retomada do crescimento. O desemprego passou a ser a maior preocupação dos brasileiros, junto com seu maior fruto, a violência.

**JE** - *O presidente eleito afirma que no governo dele a política terá prioridade sobre a economia. Em sua opinião, tem sido realmente a economia que tem comandado as decisões nacionais? Quais são, a seu ver, os resultados?*

**Salm** - Sim, não só na minha opinião como também na opinião da torcida do Flamengo. Mas não é fácil dar um basta nisso. Uma coisa é você impor limites à selvageria do mercado como qualquer povo civilizado faz. Neste sentido, a política deve prevalecer sobre a economia. A definição dos objetivos e prioridades nacionais também deve pertencer ao campo da política e impor-se às tendências do mercado. Acredito que é a isso que o presidente Lula se refere quando diz que no seu governo o Planejamento será mais importante que a Fazenda. Mas outra coisa é tentar ignorar as leis econômicas e querer substituí-las por acordos políticos. Isso não costuma terminar bem. A curto prazo, Lula não escapa da dominância da economia, apesar do discurso. De imediato, temos uma grande pressão inflacionária por conta da desvalorização do Real e,

para complicar, uma elevação atípica do desemprego para esta época do ano. Como se sabe, não existe resposta única que atenda aos dois problemas. Como agravante, a escalada dos preços ocorre quando os salários reais já se encontram bastante deprimidos, pois vêm caindo desde 1997. A vulnerabilidade externa não é uma ficção. Está aí, e o câmbio depende da reabertura do crédito ao Brasil que, por sua vez, não depende só de nós, mas também de como irá evoluir a economia mundial. O que fazer caso a recessão se aprofunde? Ficar na ortodoxia e afundar junto? Fechar a economia e renegociar os compromissos? Vamos deixar que o mercado fixe a taxa de câmbio, seja lá o que isso signifique, ou vamos intervir? Mas qual taxa de câmbio nos convém? Um patamar mais elevado que estimule a economia ou um mais baixo que facilite a rolagem da dívida pública dolarizada? São decisões que manterão a economia no centro das atenções por algum tempo e que não se resolvem "negociando com todos os segmentos da sociedade".

**JE** - *A se confirmarem as expectativas de mudança do Brasil a partir do Governo Lula, que papel poderão nessa nova conjuntura desempenhar as entidades de economia, bem como as demais instituições representativas da sociedade brasileira?*

**Salm** - Sou otimista porque a coisa do pensamento único está desmoralizada. A vitória de Lula representa o desejo de discutir alternativas e entidades como o IERJ foram concebidas para estimular o debate.

**JE** - *O IERJ vive hoje uma crise. Qual é essa crise? Quais são os motivos?*

**Salm** - A crise não é só do IERJ, mas de quase todas as entidades congêneres, inclusive as de mais peso e tradição. O Paulo Gonzaga, diretor do IERJ, acabou de escrever um artigo a respeito para o *JE*, com o qual concordo (ver página 11). O motivo principal, para mim, é a apatia, a desmobilização que tomou conta de amplos setores. Para você ter uma idéia, chegamos a promover debates interessantes no início da minha gestão, aos quais literalmente ninguém compareceu. E não foi por falta de divulgação. Fiz uma campanha pessoal junto a meus ex-colegas, uns 20 ou 30, para que se filiassem ao IERJ e apenas um atendeu ao apelo. Mas, como disse, penso que agora a situação vai mudar. Não esqueça que o auge das atividades do IERJ ocorreu na esteira da mobilização contra a ditadura.

**JE** - *O IERJ acaba ou sobrevive?*

**Salm** - Não são as únicas opções. Pode sobreviver devagar quase parando, como está no momento. Seria uma pena. ■

Paulo Gonzaga M. de Carvalho \*

# AS RAZÕES DA CRISE DO IERJ

*Importante na época da resistência à ditadura, o IERJ hoje enfrenta processo de esvaziamento. Será o fim?*

O IERJ está muito esvaziado. Há várias evidências disso: o baixo número de filiados em dia e o adiamento das eleições para renovação da atual diretoria, por absoluta desmobilização, para citar alguns exemplos. Como reflexo disso, o IERJ tem feito pouco nos últimos anos, basicamente oferecendo alguns cursos (com certo sucesso) e promovido debates (sem tanto sucesso).

A pior consequência deste estado de coisas é que a entidade tem vivido no "fio da navalha", sempre sob risco de não ter recursos suficientes para pagar as contas. No momento, a perspectiva é fechar janeiro de 2003 no vermelho, e os próximos meses também, o que não acontecia há muito tempo. Durante toda sua existência o IERJ discutiu a crise brasileira e suas saídas, chegou agora a hora do IERJ discutir sua própria crise e seu futuro.

## Causas do esvaziamento

Por que o IERJ está esvaziado? Talvez o motivo principal seja porque as entidades da sociedade civil estão, de modo geral, esvaziadas. Um bom exemplo é a ABI, que enfrenta sérios problemas financeiros e pode fechar. São raros as associações ou sindicatos onde existe grande mobilização.

Os motivos são os conhecidos: fim do regime militar e conseqüentemente da frente de oposição, fracionamento da esquerda, aumento do leque de entidades da sociedade civil, crise eco-

nômica (militantes preocupados em garantir a sobrevivência e deixando a política de lado), privatização (sempre foi grande o ativismo nas estatais), etc.

Antigamente, por exemplo, o IERJ era um fórum privilegiado para a crítica da política econômica, mas hoje esta atividade é exercida por inúmeras entidades e empresas, tais como jornais de grande circulação, televisões, universidades, ONGs, partidos políticos. Sem falar que, nos anos 70/80, não predominava o "pensamento único" em economia, portanto havia muito mais espaço para discussão. Alguns avaliam que este esvaziamento seria maior no RJ do que em outros estados, por questões específicas nossas. Como não conheço a realidade de outros locais, não tenho como avaliar mais detidamente este argumento e por ora o deixarei de lado.

O IERJ é atualmente o "elo mais fraco" dentre as três entidades de economistas, pois não tem nem uma receita garantida nem uma atribuição especí-

fica que lhe seja exclusiva. Se o Corecon e o Sindecon não forem ativos podem simplesmente se burocratizar; o IERJ, numa situação dessas, fecha. Mesmo porque não há nada que o IERJ faça que não possa ser feito pelo Sindicato ou pelo Conselho, mas a recíproca não é verdadeira.

A situação atual é muito diferente da vigente nos anos 70/80, quando o IERJ era a mais forte das três entidades e tinha grande peso político. Nesta época, era a única que não passava por uma "crise de identidade", pois o Movimento de Renovação dos Economistas sabia muito bem qual era o papel e a importância do IERJ, mas não tinha a mesma clareza quanto às demais entidades.

Voltando ao ponto inicial, temos poucos filiados por algumas razões:

- Questão Econômica: é caro para os economistas pagarem três anuidades (Corecon, IERJ e Sindecon). A anuidade do Conselho será sempre a última opção de corte, pois é obrigatória.

Quem insiste em criticar o estado de coisas tende a procurar outros fóruns como os partidos políticos, ONGs, e não o IERJ. Como já mencionado, isso reflete o fim da frente única de oposição, fracionamento da esquerda, etc.

## A falta de mudanças pode ser o problema do IERJ. Seu auge foi no período de juventude, anos 70/80. Os problemas começaram a aparecer na meia idade (anos 90) e agora se agravaram

Estamos em desvantagem frente ao Sindecon, pois a contribuição sindical ainda é compulsória em muitos casos e não temos serviços específicos ou exclusivos (p.ex.: advogado trabalhista, participação em negociações salariais, etc.) que estimulam a filiação. Os serviços oferecidos pelo IERJ são, em geral, "bens públicos" para os registrados no Corecon que não estão em atraso, pois todos recebem o jornal, podem fazer os cursos, assistir às palestras/debates etc.

- Questão Política: os economistas não precisam tanto do IERJ como no passado, portanto não valorizam a entidade tanto como antes. Isso reflete o refluxo da mobilização da sociedade civil, o surgimento de outros canais/veículos para discussões sobre economia, o próprio empobrecimento do debate econômico, onde predomina o pensamento único. Se só há um pensamento, uma entidade de oposição não faz sentido. Quem insiste em criticar o estado de coisas tende a procurar outros fóruns como os partidos políticos, ONGs, e não o IERJ. Como já mencionado, isso reflete o fim da frente única de oposição, fracionamento da esquerda, etc.

**1** Para uma discussão, desta época, sobre o papel do Sindicato dos Economistas vide Carvalho e Gorodicht, 1984, Sindicato dos Profissionais Liberais, *Jornal do Conselho Federal de Economia*, nº 4, outubro/1984. Terá nosso sindicato superado sua crise de identidade? Como ficará o Sindecon frente ao fim da contribuição e da unicidade sindicais, que agora parecem possibilidades bem concretas com o novo governo? Será o Sindicato daqui a alguns anos o novo "elo mais fraco"?

### Cenários à vista

Quais são as perspectivas? Vejo basicamente dois cenários alternativos:

- A eleição de Lula para Presidente da República reacende o debate econômico e o IERJ capitaliza isso, voltando a mobilização e os associados, e tornando-se um ativo fórum de discussões de economistas de diferentes correntes.

- Neste cenário, a eleição de Lula não mobiliza o Instituto. Como uma entidade caracteristicamente de oposição, o IERJ tem dificuldade de encontrar seu papel quando um governo de esquerda assume o poder. A situação continua mais ou menos como está e o IERJ caminha para seu fim, seja de fato (pelo esvaziamento total), seja de

direito (literalmente fechando as portas e encerrando as atividades). Caso o Conselho tenha recursos para de alguma forma subsidiar a entidade, este fim pode ser (apenas) adiado.

As instituições envelhecem e têm seu tempo de vida, que pode ser bastante estendido caso seja possível uma reestruturação que as readapte ao novo meio ambiente. A falta de mudanças pode ser o problema do IERJ. Seu auge foi no período de juventude, anos 70/80. Os problemas começaram a aparecer na meia idade (anos 90) e agora se agravaram.

O IERJ pode rejuvenescer e ter um papel relevante no Brasil de hoje ou o seu momento já passou? ■

\* Diretor do IERJ e economista do IBGE  
- ENCE

## EDITAL

### IERJ – Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro

*Convocação de eleições para o biênio 2003-2004*

Nos termos do Capítulo VIII do Estatuto do IERJ fazemos saber que no **dia 20 de janeiro de 2003**, será realizada a eleição da nova diretoria do IERJ para o biênio 2003-2004, com a seguinte composição:

1. Diretoria, composta de Presidente, vice-presidente, diretor de finanças e cinco demais diretores;
2. Conselho Consultivo constituído de doze membros;
3. Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e um suplente.

O prazo para registro de chapas será encerrada às 18 horas do dia **10 de janeiro 2003**. Poderão votar todos os associados que se identificarem através do número de registro no IERJ. Será permitido o voto de sócios que paguem a anuidade do ano 2002 até o dia da eleição.

*Local de Votação*

**No IERJ – Av. Rio Branco, 109 – 16º andar – Rio de Janeiro – RJ**

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2002

Claudio Leopoldo Salm  
Presidente

Marcos Arruda\*

# UMA AMÉRICA VULNERÁVEL A CRISES

**O**s dois níveis da crise da vulnerabilidade brasileira – interno e o externo – estão analisados na Carta de Belo Horizonte, publicada pelos participantes do seminário internacional Dívida: Uma Ameaça à Soberania, realizado em fins de agosto na capital mineira. Cito partes.

"A crise do endividamento público e privado nacional e a destinação de grande parcela dos recursos orçamentários para o serviço das dívidas representam quebra da moralidade pública, pois comprometem o atendimento das necessidades sociais básicas da população, impedindo o crescimento econômico, provocando desemprego e crise social.

"Sobre-endividamento faz parte de um modelo de economia que tem como fonte principal de financiamento a poupança externa acima dos recursos internos do país, ligado a um modelo de produção e consumo imitativo dos países industrializados, ecologicamente insustentável...

"A proposta de renegociação apresentada pela vice-diretora do FMI, Anne Krueger, é mais um engodo. Apresenta-se como única saída possível, mas, na realidade, representará a institucionalização do fim da soberania dos países que a ela se submeterem.

"O momento é propício para retomar e aprofundar a discussão sobre renegociação, dada a gravidade da crise argentina e também da brasileira. Mesmo com o crescimento significativo da arrecadação tributária e os recursos gerados pelas privatizações, não houve crescimento econômico nem melhoria das condições de vida da população." (Carta de BH).

Nestes parágrafos estão colocados os desafios principais que esta conjuntura nos defronta: o rompimento do acordo com o

## A vitória de Lula traz o potencial de induzir o continente a um movimento contrário à ALCA, em favor da integração solidária

FMI e da perversa política de ajuste fiscal que ele nos impõe, com a cumplicidade do governo FHC; a auditoria pública das dívidas e a renegociação soberana, tendo em vista a urgência de serem saldadas as dívidas social, histórica e ambiental; e o gesto de estender um braço solidário aos povos argentino e uruguaio, compartilhando o que pudermos para que saiam da crise sem dependerem do FMI ou dos EUA.

Se fizermos isto, em breve descobriremos que o custo da ajuda à Argentina e ao Uruguai foi, na verdade, um investimento, pois, fora da crise e capazes de participar em reciprocidade da integração do Cone Sul, estes países serão um benefício a mais para a economia e a sociedade brasileira.

### Conjuntura Eleitoral

A distância entre o discurso e a prática vai vitimar qualquer candidato que vença. Os dispositivos orçamentários e o acordo com o FMI tendem a inviabilizar a governabilidade do país, sobretudo um projeto próprio de desenvolvimento. O cenário mais otimista – vitória da chapa liderada pelo PT – permitirá maior sensibilidade às necessidades e demandas das classes oprimidas.

É preciso definir uma estratégia de pressão contínua da sociedade civil em favor de um projeto de desenvolvimento nacional, de um modo de governar participativo, de transparência na gestão pública, de consulta à população sobre tratados que en-

volvam cessão ainda que limitada da soberania, de renegociação justa, transparente e soberana das dívidas a partir de uma auditoria pública com participação da sociedade.

Uma vitória da coalizão em torno de Lula, com uma votação altamente representativa, soará como vibrante clamor contra o projeto neoliberal representado pelo governo FHC e em favor de um outro paradigma de desenvolvimento, centrado no país e nas necessidades básicas da maioria. Terá o potencial de induzir todo o continente a um movimento contrário à ALCA e em favor da integração construída a partir do respeito à diversidade cultural e de recursos de cada país e das metas primordiais de erradicação da fome, da pobreza e do subdesenvolvimento em toda a América Latina e Caribe.

Mas, mesmo um governo Lula, precisará da pressão forte e contínua da sociedade civil, que sirva de contrapeso eficaz à intensa pressão que exercerão sobre ele as forças opostas à transformação.

### Conjuntura internacional

A escalada militar pelos EUA contra o terrorismo muçulmano e, neste momento, contra o Iraque faz parte do esforço imperial dos EUA para afirmar sua hegemonia militar sobre o mundo. Compensar o enfraquecimento gerado pelos eventos de 11/9/01, ampliando sua presença militar sobre áreas de interesse estratégico para as corporações transnacionais de base estadunidense, sobretudo as de petróleo e o complexo produtivo de armamentos, e assim aliviando a pressão recessiva que perdura sobre a economia dos EUA.

É neste contexto que a maior potência das

Américas trata de plantar bases militares na América Latina e Caribe, e intensificar sua atividade de inteligência e os treinamentos conjuntos com os exércitos da região. Seu cerco da Amazônia através do Plano Colômbia, da criação de bases militares em Curaçao, Aruba, Colômbia, Equador e, tentativamente, Alcântara (Maranhão), acrescido do seu domínio tecnológico sobre o Projeto Sivam, colocam em risco crescente o controle da Amazônia pelo Brasil e pelos países vizinhos com quem compartilhamos essa riquíssima região. É grande o risco de a Base de Alcântara ser usada pelos EUA para fins coloniais e belicistas. O cancelamento deste projeto é necessário e urgente.

Aos tentáculos financeiro (as dívidas) e militar (belicista e de expansão militar dos EUA) acrescenta-se o tentáculo econômico e comercial (ALCAN e ALCA). O cerne da Área de Livre Comércio da América do Norte (ALCAN ou Nafta, na sigla em inglês), que pretende ser também o cerne da ALCA e da nova Rodada de Negociações da OMC, consiste na desregulação dos investimentos, no direito a que as empresas entrem e saiam das economias a que se integram com plena liberdade, impedindo os governos de

constrangê-las em função de prioridades nacionais ou de um projeto próprio de desenvolvimento.

Se houver limitações, a empresa pode recorrer a um tribunal supranacional e exigir indenização do governo. A liberdade da empresa é tamanha que o país hospedeiro não pode ter um projeto próprio de desenvolvimento. Isto é privar este povo de um direito fundamental, reconhecido pela ONU: o direito ao desenvolvimento.

### Ofensiva comercial

O comércio entre os países da ALCAN – México, Canadá e EUA – cresceu muito nos últimos sete anos, desequilibrado e assimétrico. Os trabalhadores dos EUA perderam empregos devido à mudança de empresas para o México, aproveitando-se dos baixos salários, das fracas salvaguardas ambientais e trabalhistas e do acesso melhorado ao mercado americano.

Eles perderam também porque as empresas têm usado a ameaça de mudança para esmagar esforços de organização sindical e obter concessões. Em termos absolutos, o

México exporta mais para os EUA e seu PIB, em 2000, quase dobrou em relação ao de 1995. Mas desde 1996 sua balança comercial tem caído, alcançando níveis negativos em 1998; em 2000, o déficit comercial foi de US\$ 10,4 bilhões. Os salários caíram cerca de 10% em termos reais desde o começo do tratado. Os salários canadenses também caíram para níveis abaixo dos estadunidenses.<sup>2</sup>

As crises mexicanas ligadas ao sobreendividamento e à sua vulnerabilidade externa agravaram ainda mais a pobreza. Desigualdades regionais e econômicas permanecem, trabalhadores rurais migram em massa para as zonas de indústria "maquiladora" ou para os EUA, sofrendo perseguições e privação de direitos. Quem lucrou realmente com a ALCAN foram as grandes empresas. Por isso, elas estão empurrando a ALCA nos moldes da ALCAN.

A ALCAN restringe a capacidade dos governos de regulamentar serviços, pressionando pela sua desregulação e privatização. A ALCA imporá mais limites sobre como nossos governos prestam e regulamentam serviços no interesse público. Forçará a sua mercantilização, abrindo o "mercado" dos serviços às transnacionais.

A ALCAN não permite que os governos incluam critérios sociais, ambientais ou trabalhistas em suas decisões sobre compras governamentais. Os critérios comerciais estão acima dos direitos humanos e sociais. Os negociadores da ALCA estão seguindo a mesma trilha.

A ALCAN não tem protegido os direitos dos trabalhadores e o meio ambiente. Os negociadores da ALCA excluíram das discussões qualquer proteção aos direitos dos trabalhadores e recusam-se a formar grupos de negociação sobre essas questões.

O objetivo dos EUA de criar um domínio comercial e econômico nas Américas se prolonga no espaço da OMC, aonde seus esforços vão além da liberalização do comércio de bens, atingindo os serviços (inclusive básicos e públicos) e a mais plena desregulação dos investimentos. Isto contrasta com seu afincado protecionista das inovações tecnológicas e da "propriedade intelectual", e com seu protecionismo na agricultura e aço. ■

### \* Economista do PACS e da Rede Brasil

(Resumo da palestra feita durante a Assembléia Popular do Plebiscito sobre a ALCA e a Base de Alcântara, em Brasília, 18/9/02, para 1500 participantes de todo o Brasil)

### Outra integração é possível

Não faz sentido ficar discutindo o emaranhado de questões técnicas da ALCA isoladamente. É preciso examinar seus pressupostos, que se resumem no projeto dos EUA de ganharem o controle comercial e econômico - ao lado do financeiro, político e militar - de todo o continente. É por isso que devemos rejeitar a ALCA como um todo e buscar um outro caminho de integração.

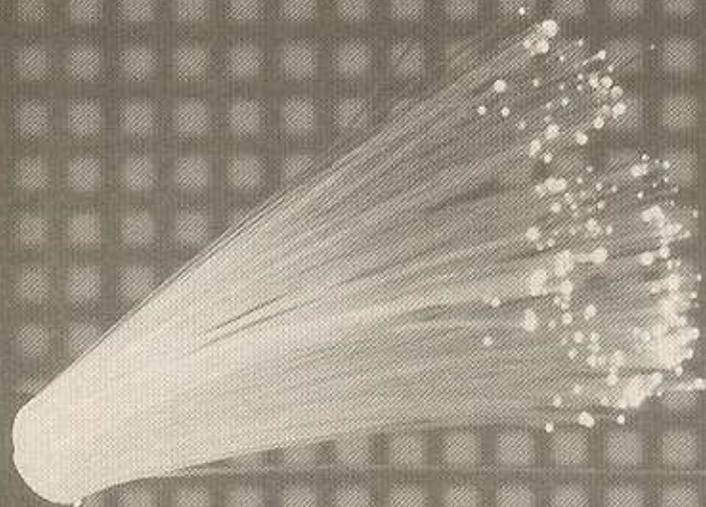
Este outro caminho tem que começar pela América do Sul e, aos poucos, ir envolvendo a América Central e Caribe até alcançar os povos da América do Norte. Deve começar sendo um projeto de integração fundado noutros valores que não a competição e os interesses privados, mas sim a cooperação e os interesses comuns e recíprocos.

Uma outra integração deve, primeiramente, apoiar-se numa estratégia de superação das desigualdades e assimetrias, preparatória de uma futura união por etapas: aduaneira, monetária, econômica, cultural, política; respeitar a soberania das nações e dos povos que se integram; subordinar os interesses comerciais aos objetivos maiores da economia integrada: o bem viver das populações e a plena realização dos seus direitos.

Deve também incluir proteções obrigatórias para os trabalhadores e o meio ambiente, garantia de acesso aos bens, aos mercados e ao crédito; impedir a corrosão da saúde, da educação e dos serviços públicos; obrigar os investidores privados nacionais e estrangeiros a cumprir as leis do país; dar transparência aos negócios e assumir a responsabilidade social e ambiental pelo seu empreendimento; criar controles que evitem a especulação financeira; auditar e renegociar suas dívidas externas de forma soberana e concertada; buscar maximizar a complementaridade dos seus recursos naturais, humanos e técnicos e criar mecanismos de cooperação e de partilha no campo científico e tecnológico.

Fundar, enfim, a nova integração no amor ao nosso povo e a todos os povos, pois somos todos irmãos. ■

Agilidade. Está aí uma coisa de  
que você não pode abrir mão.



[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

Cliente do **Banrisul** tem banco em casa ou na empresa vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, bastando possuir um computador ligado à internet. É a *Agência Virtual Banrisul*. Fácil de usar, basta você acessar [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br) para realizar suas operações com rapidez, comodidade e total segurança. Passe numa de nossas agências e informe-se melhor. Você vai ver que, além de agilidade, o **Banrisul** tem muito mais a oferecer.

**banrisul**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

OFICINAS TEMÁTICAS

# EM BUSCA DO CONSENSO DEMOCRÁTICO

**A** cultura neoliberal promove o individualismo em detrimento dos valores coletivos. Esta idéia, em nosso entender, minimiza o papel que as pessoas podem desempenhar na sociedade, pois as isola dos vínculos sociais, materiais, concretos e, sobretudo, das corporações nas quais elas se inserem.

Sabemos, no entanto, que "uma andorinha só não faz verão". Se quisermos ter voz ativa na reconstrução do Estado e da sociedade, necessário será reaprender a prática democrática de elaboração de consensos, de plataformas mínimas, de defesa dos interesses coletivos que não são, de forma alguma, o somatório dos interes-

ses individuais, como pregam os neoliberais.

Por isto, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro decidiu, em sessão plenária, promover a realização de oficinas sobre temas considerados relevantes no momento atual. Os debates coletivos buscam estimular a formação de uma massa crítica sobre tais questões e permitir o encaminhamento de propostas de política econômica e social para o Brasil.

A primeira oficina foi em novembro, sobre o programa Fome Zero, prioridade do governo eleito. Foram destacados alguns aspectos importantes, como: ênfase na questão da segurança e da soberania alimentar, a ali-

mentação suficiente deve ser vista como um direito de cidadania ao qual todos os brasileiros devem ter acesso, necessidade de continuar a campanha contra os transgênicos, a inadequação de recursos estrangeiros para financiamento desse programa, a relação entre a sustentabilidade do combate à fome e as mudanças no modelo econômico (reforma agrária, prioridade do mercado interno na absorção de produtos alimentares, evitar as monoculturas de exportação, etc.).

Para dezembro foram programadas outras duas oficinas: sobre a atuação dos trustes internacionais no setor de telecomunicações e sobre a dívida externa. Pedimos aos interessados em participar que procurem a Secretaria de Relações Institucionais do Corecon.

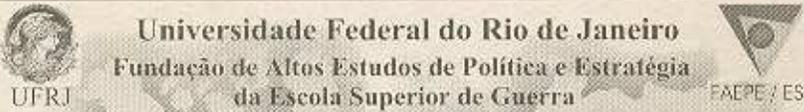
Qualquer associado do Corecon-RJ tem a liberdade e o direito de propor outras oficinas e de participar de sua realização. Sejam bem-vindos todos os economistas que quiserem se integrar ao nosso projeto democrático de forma aberta e construtiva. ■

## Petrobras perde no Cofecon

O plenário do Conselho Federal de Economia (Cofecon) julgou, em sessão realizada no último dia 19 de novembro, improcedente recurso impetrado pela Petrobras, contra o pagamento da multa aplicada pelo Corecon-RJ à empresa, por esta recusar-se a enviar relação discriminada de seus funcionários que trabalham em funções de economista.

A multa, no valor de R\$ 2.090,00, foi paga em agosto último e, no recurso, a empresa pleiteou o ressarcimento do valor, o que lhe foi negado pelo Cofecon. A Secretaria de Fiscalização e Registro do Corecon-RJ encaminhou nova comunicação à Petrobras, informando-a da decisão do Conselho Federal e cobrando, novamente, o envio em até 15 dias da lista dos profissionais que trabalham em funções de economista na empresa.

A ação fiscalizadora do Corecon-RJ tem sido realizada com o objetivo de impedir que profissionais não qualificados exerçam as funções de economista, o que não só causa distorções no mercado de trabalho como incorre em prejuízo às próprias empresas e instituições, como à própria sociedade. ■



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
Fundação de Altos Estudos de Política e Estratégia  
da Escola Superior de Guerra

**MBE - Analista Internacional**

O curso pretende formar pessoal capaz de elaborar estratégias e tomar decisões envolvendo atividades de governos e empresas na área internacional.

Destina-se a complementar a formação de economistas, administradores, advogados, engenheiros e outros profissionais.

**Corpo docente:**  
Ana Cristina Pereira, Carlos Lessa, Carlos Medeiros, Carmen Tibureio, Dare Costa, Erico Lins Leite, Paulo Sá Earp, Franklin Trém, Iná Castro, Lia Valls, Luiz Carlos Prado, José Carlos Miranda, Renaldo Gonçalves, Vanderlei Ribas, Victor Prochnik, Williams Gonçalves

**Informações:**  
Av. Pasteur 250, Praia Vermelha  
Decania do CCJE / sala 103  
3873-5303 / 3873-5312 / 2542-5750  
E-mail : codiac@ceje.ufrj.br

Módulos : Comércio Internacional, Economia Política Internacional, Direito Internacional, Finanças Internacionais e Geopolítica e Estratégia Nacional.